
ARTIGO

MINAS GERAIS DE 1750 A 1850: BASES DA ECONOMIA E TENTATIVA DE PERIODIZAÇÃO***CARLA MARIA C. ALMEIDA****Mestre em História - UFF****1- APRESENTAÇÃO DA PROBLEMÁTICA**

O presente texto é uma pequena síntese de algumas reflexões que venho desenvolvendo para a elaboração de minha dissertação de mestrado. Tal dissertação tem como proposta analisar a forma e o funcionamento das unidades produtivas mineiras entre os anos de 1750 e 1850, período considerado pela historiografia tradicional como de “decadência” e “estagnação”. Elegemos o termo de Mariana como espaço a ser trabalhado devido às especificidades de sua localização que nos parecem privilegiadas para a análise. Mariana nesse período tinha parte de seu território situado na região denominada Metalúrgica-Mantiqueira, caracterizada pela predominância das atividades mineradoras e, a outra parte, localizada na Zona da Mata, tradicionalmente conhecida como uma região propícia às atividades agropastoris.

Nosso objetivo central é tentar perceber as alterações dessas unidades produtivas no tempo, com vistas a demonstrar que o declínio da mineração não provocou transformações bruscas ou profundas na estrutura produtiva estabelecida. O que houve foi uma reestruturação econômica onde as atividades mercantis de subsistência passariam a ocupar o lugar de atividade nuclear permanecendo, no entanto, a mesma lógica de funcionamento verificada no período de auge minerador. Dessa forma, achamos que as noções de “decadência” ou “estagnação” não cabem para definir a economia da região.

* Uma síntese deste texto foi apresentada no “VI Encontro Regional de História” - ANPUH-RJ.

As fontes privilegiadas foram os inventários *post-mortem* que nos possibilitaram ter uma visão do movimento desta sociedade se desenrolando no tempo e, conseqüentemente, de suas alterações e permanências.

Embora a historiografia revisionista tenha aberto novos caminhos para a compreensão da economia mineira dos séculos XVIII e XIX, algumas questões nos parecem ter necessidade urgente de serem respondidas para que se possa ter uma noção clara do caráter e do funcionamento dessa economia. Formulamos estas questões da seguinte maneira: teriam as atividades agropastoris estado ausentes da região de Mariana na época de auge da mineração? Se não, qual o peso dessas mesmas atividades no conjunto da economia? Em que tipo de relações de produção estavam assentadas? Com o declínio da mineração, a economia da região poderia ser caracterizada como “decadente”? Se sim, em que constituiria tal “decadência”? E se não, que tipo de estrutura produtiva sustentou essa economia? Seria ela muito diferente daquela montada no período de auge minerador? Estas são algumas das indagações que a dissertação tenta dar conta e que serão neste texto tratadas de forma introdutória.

2- PROBLEMAS DA PERIODIZAÇÃO

Considerando que a tentativa de compreender a economia mineira aqui pretendida abarca um espaço de tempo relativamente grande um século, metodologicamente tornou-se necessária uma divisão do mesmo, com vistas a uma melhor apreensão dos seus movimentos, ou das suas transformações fundamentais.

Chamou-nos a atenção para a pertinência de tal procedimento Pierre Vilar que, ao tratar da produção de bens como um índice do desenvolvimento econômico na perspectiva do historiador, assim argumenta:

“Dado que, teoricamente, qualquer análise de ‘desenvolvimento’ é uma análise a longo prazo, obalanzo quantitativo será o resultado, para qualquer produto e para o conjunto, de vários ciclos breves de expansão e de recessão. Mas se se decidiu (por outros motivos) pelo estudo de um período longo, convirá talvez dividi-lo em períodos médios suficientemente homogêneos na sua estrutura para permitir cálculos globais quantitativos não desprovidos de significado. Uma investigação cronológica deste gênero seria já por si só interessante.”¹

Inicialmente pensava-se em estabelecer uma periodização baseada unicamente na evolução do tamanho da riqueza. Para isso, construímos uma tabela (tabela I) com o monte-mor médio de cada ano estudado.

¹ VILAR, Pierre. *Desenvolvimento Econômico e Análise Histórica*. Editorial Presença, 1982, p. 40.

Os valores dos montes médios em mil-réis (Tabela 1) sugeria uma periodização que comportaria um primeiro subperíodo de auge econômico (ou reflexo do auge) que iria de 1750 a 1770; um segundo em que a economia entraria num processo de “acomodação evolutiva”, 1780 a 1820; e um último subperíodo que presenciaria uma recuperação econômica, 1830 a 1850. Ao se converter os valores para libra - o que é necessário devido à grande instabilidade do mil-réis durante o século XIX -, o movimento da economia se revelou bastante distinto. Analisando os valores em libra, a primeira impressão é que a economia apresentava um crescimento negativo constante, que se aprofundaria irremediavelmente a partir de 1780, só dando algum sinal de recuperação no último ano em questão. O gráfico I demonstra claramente este movimento. Estaria assim corroborada a tão difundida tese da decadência.

No entanto, tomando-se outros fatores como indicadores do crescimento econômico, a impressão de decadência fica cada vez mais relativizada e, com alguns ajustes, aquela primeira periodização pode ser retomada.

Mais uma vez é Pierre Vilar quem indica o caminho quando aponta a análise do “número dos homens” e da “produção dos bens”, como fundamentais para a verificação do “crescimento” de uma economia².

² VILAR, Pierre. *Op. cit.*, p. 34.

TABELA I

Evolução do monte-mor médio nas U.P. de Mariana**(em mil réis e em libras)**

| Erro! | Mil-réis | Libra | Crescimento |
|--------------|-----------------|--------------|--------------------|
| 1750 | 5.075,045 | 1.427,579 | 100 |
| 1760 | 3.734,742 | 1.050,560 | - 26,4 |
| 1770 | 4.415,222 | 1.241,975 | - 13 |
| 1780 | 2.338,017 | 657,670 | - 53,9 |
| 1790 | 1.553,452 | 436,976 | - 69,4 |
| 1800 | 2.258,324 | 635,252 | - 55,5 |
| 1810 | 2.007,632 | 599,780 | - 58 |
| 1820 | 2.573,165 | 552,181 | - 61,3 |
| 1830 | 4.923,217 | 467,705 | - 67,2 |
| 1840 | 3.731,065 | 481,925 | - 66,2 |
| 1850 | 6.761,293 | 808,574 | - 56,6 |

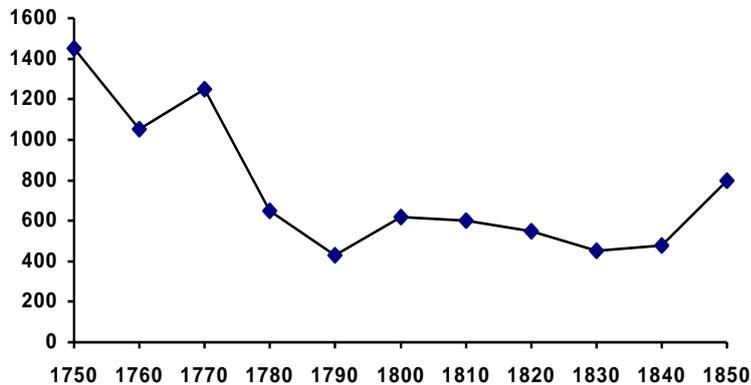
Fonte: Inventários do I e II Ofício - C.S.M.³

Em uma sociedade pré-estatística como Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX, a avaliação dessas variáveis torna-se mais complicada. No nosso caso resolvemos tomar como índice de crescimento da produção o tamanho do rebanho presente nos inventários, já que as informações sobre o volume da produção agrícola são muito desencontradas. Como indicativo do crescimento populacional tomamos o número de pessoas livres por inventário.

³ A conversão para libra foi feita usando a tabela de flutuações cambiais do real no século XIX elaborada por Kátia Mattoso. Para o século XVIII usamos referência feita por Mircea Buescu, dizendo que o valor do real ficou constante durante todo o século, “à razão de 3,555 réis por libra esterlina-ouro”. BUESCU, Mircea. *300 anos de inflação*. Rio de Janeiro: APEC, 1973, p. 106. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser Escravo no Brasil*. 3^ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 254. Para a construção tanto da tabela I quanto do gráfico I foram excluídos dos cálculos dois inventários, um de 1790 e outro de 1850, que distoavam sensivelmente de todo o conjunto. No primeiro, o inventariado Domingos Pires era detentor de uma fortuna de 88:685\$076 (oitenta e oito contos, seiscentos e oitenta e cinco mil e setenta e seis réis). No segundo caso, o Padre Francisco Ignácio de Siqueira Fadim possuía uma fortuna de 124:792\$102.

GRÁFICO I

Evolução do monte-mor médio em libras (1750-1850)



Tanto a população quanto o rebanho apresentam, no geral, um crescimento positivo (Tabela II). Além disto, os índices de crescimento do rebanho muito mais elevados que os da população nos sugerem que esta produção se destinava cada vez mais ao mercado.

O quadro que se esboça até aqui é o de uma economia com os índices de crescimento da população e da produção em ascensão, mas com os rendimentos decrescentes (ver gráfico II). Tal aparente contradição é em parte desfeita se observarmos o comportamento dos ativos que compõem a riqueza, particularmente das dívidas ativas.

GRÁFICO III

Crescimento da população, do rebanho e do monte-mor médio

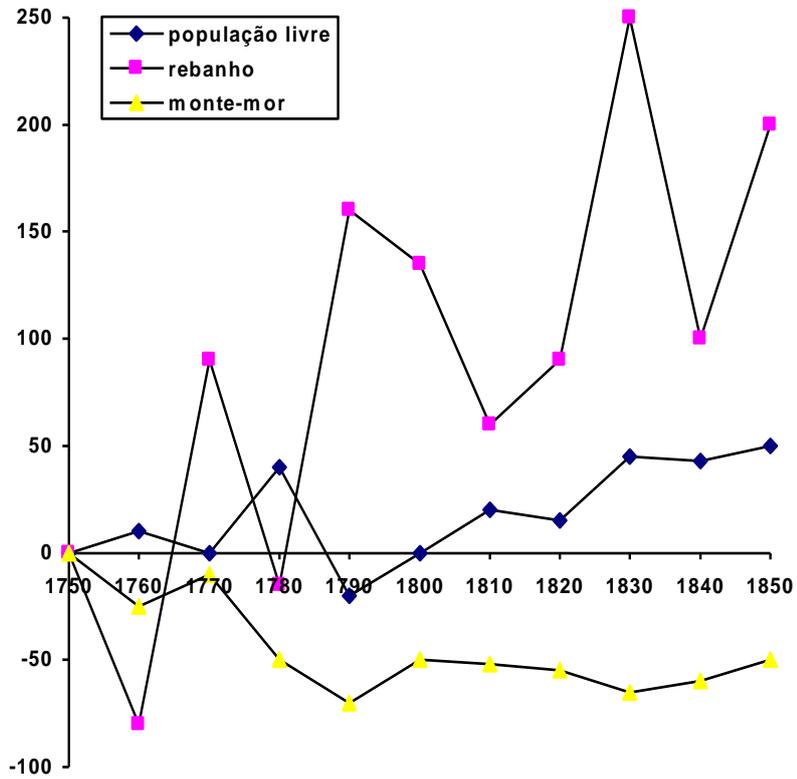


TABELA II**Crescimento da população livre e do rebanho**

| Erro ! Indic ador não defin ido. | livre | | | Reban ho | | |
|--|-----------|-----------|-----------------|-------------|-------|-----------------|
| | Pop . | | | | | |
| data | tota l | médi a | crescimen to | tota l | média | crescimen to |
| | 1750 | 60 | 5 | 100 | | |
| | | | | 101 | 7,8 | 100 |
| | 1760 | 49 | 5,4 | 8 | 1,4 | -82 |
| | | 49 | 4,9 | -2 | 14,6 | 87 |
| | 1770 | | 6,7 | 34 | 6,5 | -17 |
| | 1780 | 101 | 4 | -20 | 20,7 | 165 |
| | | 85 | 5,3 | 6 | 18,3 | 135 |
| | 1790 | | 5,8 | 16 | 12,6 | 61 |
| | | 165 | 5,5 | 10 | 15,2 | 95 |
| | 1800 | | 6,9 | 38 | 26,7 | 242 |
| | | 328 | 6,7 | 34 | 15,4 | 97 |
| | 1810 | | 7,2 | 44 | 23,3 | 199 |
| | | 343 | | | | |
| | 1820 | | | | | |
| | | 368 | | | | |
| | 1830 | | | | | |
| | | 247 | | | | |
| | 1840 | | | | | |

| | | | | | | |
|------|-----|--|--|-----|--|--|
| 1850 | 296 | | | 100 | | |
| | | | | 4 | | |

Fonte: Inventários do I e II Ofícios - C.S.M.

TABELA III**Evolução do monte-mor médio com e sem as dívidas ativas (em libras)**

| Erro ! Indicador não definido. | Monte com dívidas | | Monte sem dívidas | |
|--------------------------------------|-------------------|-----------------------------|-------------------|--------------|
| | data | monte medio crescimento% | monte medio | crescimento% |
| | 1750 | 1.427,579 100 | 743,304 | 100 |
| | 1760 | 1.050,560 -26,4 | 783,300 | 5,4 |
| | 1770 | 1.241,975 -13 | 421,498 | -43,3 |
| | 1780 | 657,670 -53,9 | 312,780 | -57,9 |
| | 1790 | 436,976 -69,4 | 289,100 | -61,1 |
| | 1800 | 635,252 -55,5 | 536,928 | -27,8 |
| | 1810 | 599,780 -58 | 379,642 | -48,9 |
| | 1820 | 552,181 -61,3 | 476,978 | -35,8 |
| | 1830 | 467,705 -67,2 | 391,991 | -47,3 |
| | 1840 | 481,925 -66,2 | 373,370 | -49,8 |
| | 1850 | 808,574 -43,4 | 735,097 | -1,1 |

Fonte: Inventários I e II Ofícios - C.S.M.⁴.

Ao se analisar a tabela III nota-se que, quando excluídas as dívidas ativas do montante da riqueza de todos os anos em estudo, a queda percentual do monte-mor é significativamente menor (excetuando-se os anos de 1770 e 1780), principalmente a partir de 1790, o que nos leva a argumentar que a queda do monte-mor médio é em grande parte provocada pela diminuição das dívidas ativas no conjunto da economia (ver gráfico III).

O gráfico IV permite visualizar que o percentual de 52,6% que as dívidas ocupam na fase de 1750-1770 cai para somente 22,63% nas décadas finais do período, enquanto que os bens imóveis, o rebanho e principalmente os escravos, passam a ter uma maior importância na composição da riqueza. Ou seja, embora a riqueza média dessa economia esteja em retração, a sua capacidade de liquidez é cada vez maior, o que, por si só, já sugere uma situação de dinamismo muito mais que de decadência.

Além disso, levando-se em consideração que há um aumento de instrumentos de trabalho indicadores de uma tentativa de auto-suficiência nos inventários (Tabela IV), chegamos à conclusão que as unidades produtivas em Minas Gerais reagiram à crise da produção aurífera buscando uma independência cada vez maior do mercado no que diz respeito a sua auto-reprodução, ao mesmo tempo em que se rearticulavam internamente para fornecer produtos de subsistência para o mercado inter e intra provincial. Todos estes dados sugerem que, na economia mineira voltada para a produção de artigos de subsistência que se estabeleceu de forma gradativa a partir de 1780 e definitivamente nos anos da década de 1810, a parte do sobre-trabalho apropriada pelo capital mercantil é cada vez menor. Ou seja, a economia exportadora do ouro era muito mais dependente do mercado para se auto-reproduzir do que a produção de artigos de subsistência. Podemos concluir daí que as atividades voltadas para o mercado interno, embora gerando graus de riqueza menores que as exportadoras, têm muito mais independência do capital mercantil e, portanto, maior capacidade de resistência frente às conjunturas de crise da economia mundial.

⁴ As observações feitas na nota 3 a respeito da construção da tabela I também se aplicam aqui.

GRÁFICO III

Evolução dos montes médios (com e sem dívidas ativas)

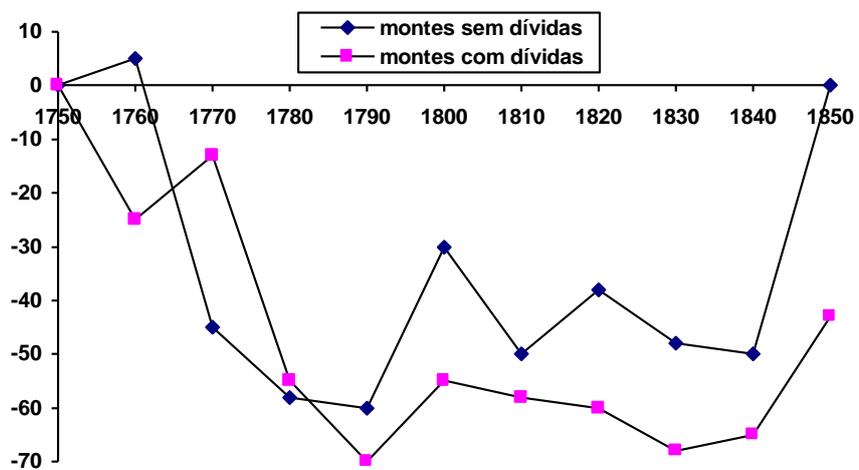


GRÁFICO IV

Composição da riqueza nas U.P. de Mariana (1750-1850)

(dívidas, escravos, imóveis e rebanho)

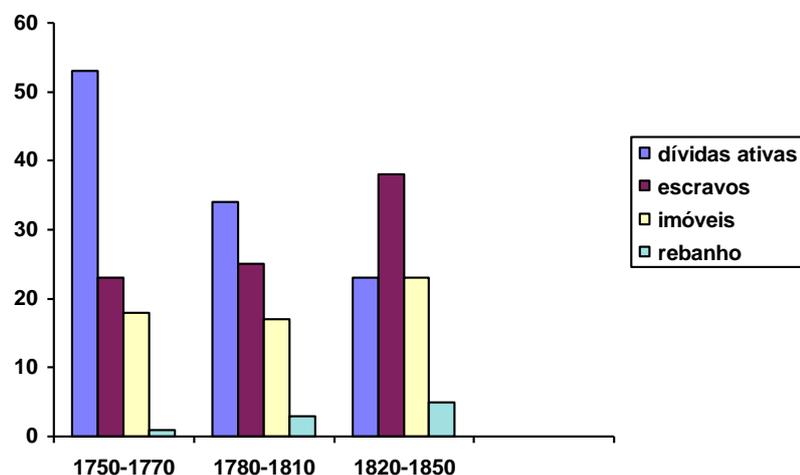


TABELA IV

Percentual de U.P. com presença de tear, roda de fiar, tenda de ferreiro e alambique

| data | tear % | roda % | tenda % | alambique % |
|-----------|--------|--------|---------|-------------|
| 1750-1770 | 5 | - | 10 | 5 |
| 1780-1810 | 32 | 15 | 7 | 6 |
| 1820-1850 | 33 | 15 | 12 | 19 |

Fonte: Inventários dos I e II Ofícios - C.S.M.

Kenneth Maxwell já demonstrou que o governo português se mostrava cada vez mais preocupado com essa tendência à “substituição de importações” na colônia e principalmente em Minas Gerais o que, evidentemente, ia de encontro aos interesses da coroa em relação ao Brasil.

“O governador de Minas, Antônio de Noronha, comunicou em 1775 que muitos estabelecimentos fabris existiam na capitania, todos em situação de notável crescimento. Seu desenvolvimento, observou ele, ameaçava fazer os habitantes independentes dos gêneros europeus. Lavradio também chamou a atenção para o crescimento das manufaturas brasileiras, estabelecendo a maior parte dos particulares nas suas próprias fazendas, fabricas e teares com que se vestiam a si, e á sua familia e escravatura, fazendo pannos e estopas, e differentes outras drogas de linha e algodão, e ainda de lã, e como não tinham tempo certo de vir fazer os seus pagamentos, e já dependiam menos d'aquello a quem eram devedores...”⁵.

Outro dado importante para se constatar o dinamismo da economia mineira nesse período tradicionalmente considerado como de “decadência” é a presença cada vez mais evidente de produtos mineiros no comércio carioca. Segundo Frago, entre 1829 e 1832, mais de 88% das porcas e 45% das tropas que entraram no Rio de Janeiro eram provenientes de Minas Gerais⁶.

Entre os viajantes e contemporâneos — mesmo aqueles que insistem na “decadência” da região — são muitos os relatos do efervescente comércio mineiro com outras províncias. Saint-Hilaire fala da grande fabricação de doces no município de São Bartolomeu, que não só eram comercializados em Vila Rica, como ainda remetidos para o Rio de Janeiro⁷. Também dá notícias da movimentação das tropas que partiam para o Rio carregadas de toucinho e queijo e voltavam trazendo sal⁸.

John Mawe, que andou pelo Brasil de 1807 a 1811, fez várias referências às ligações comerciais do Rio com Minas, enfatizando, principalmente, a exportação de açúcar em lombo de burros e a importação de sal e ferro⁹.

Cunha Matos, em sua corografia histórica datada de 1837, afirma que o comércio mineiro “achava-se em estado muito florescente”, embora suspeitasse que a

⁵ MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil - Portugal, 1750-1808*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p.86.

⁶ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de Grossa Ventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992, p.141.

⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974, p.83.

⁸ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, 1822*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974, p. 49.

⁹ MAWE, John. *Viagens ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978, p. 143.

balança comercial pudesse estar desfavorável à província, por ser sabido que seus habitantes eram devedores à praça do Rio de Janeiro e a outras de beira-mar¹⁰.

Aires de Casal dá mostras da diversificação da economia mineira que exportava, dentre outros produtos, sola, couros, algodão, tabaco, café, frutas, açúcar, queijos, carne de porco, rapaduras, pedra sabão, pedraria, salitre, marmelada.

“Quase tudo é conduzido à metrópole em bestas, das quais se encontram comboios de cem, e maior número, repartidas em réguas de sete cada uma, e governada por um homem: levando de retorno sal, fazendas secas, e molhados.”¹¹

Quem mais enfatizou o dinamismo do comércio mineiro foram os viajantes Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius, que chegam a dizer que Vila Rica tinha o comércio mais animado do interior do Brasil, principalmente com a capital do império mas também com outras províncias.

“Entre todas as cidades no interior do Brasil, nenhuma é tão animada como Vila Rica. Daqui partem estradas para São Paulo, passando por São João d'El-Rei; por Minas Novas, para a Bahia; por São Romão, Tejuco, Malhada, para Paracatu, Goiás e Mato Grosso; porém nenhuma é tão movimentada, com o vaivém de tropas, como a estrada que leva ao Rio de Janeiro, sede do governo, distante setenta léguas. Quase que todas as semanas, ou cada mês do ano, seguem grandes caravanas, carregadas com os produtos da região: algodão, couros, marmelada, queijos, pedras preciosas, barras de ouro, etc. O comércio com o mais longínquo sertão, que vai até Goiás e Mato Grosso, não é tão extenso, de fato, como o de São Paulo e Bahia; entretanto, expande-se além do Rio São Francisco, quase que por toda a capitania, e abastece-a não só com as mercadorias européias adquiridas no Rio de Janeiro, mas, também, com os produtos das imediações, como, por exemplo, os aqui fabricados: artigos de ferro, chapéus de feltro, louça de barro, queijo, milho, feijão, marmelada, carne de porco e tocinho; este é empregado em vez de manteiga e banha, e constitui grande artigo de comércio da província.”¹²

Após estas considerações optamos por uma periodização que conjugasse o comportamento de vários índices (como o crescimento demográfico, crescimento da produção e dos rendimentos), aliados a fatores históricos conjunturais que influíram sensivelmente na conformação da economia, por exemplo, a transferência da corte

¹⁰ MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981, v.2, p. 78.

¹¹ CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brasileira ou Relação Histórico-Geográfica do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976, p. 166.

¹² SPIX, Johann Baptist von e MARTIUS, Carl Friedrich P. von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981, v.1, pp. 205-206.

portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808 e o conseqüente alargamento do mercado para produtos de subsistência.

Dessa forma, ficou assim estabelecida a periodização:

1º subperíodo: 1750-1770

2º subperíodo: 1780-1810

3º subperíodo: 1820-1850

2.1 - 1750-1770 - Auge minerador

Com a morte de D. João V subiu ao trono português em 1750 D. José I e, com ele, Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal. Muitas foram as mudanças políticas e econômicas levadas à frente por Carvalho e Melo, todas visando ao objetivo maior (por muito tempo sigiloso) de tirar Portugal da condição de “colônia” da Inglaterra¹³. No bojo dessas transformações, em 1750 foi feita uma reformulação no sistema tributário e fiscal da produção de ouro. Em dezembro daquele ano entraram em vigor as sugestões feitas pela população de Minas Gerais em 1734 ao Conde de Galveias para o recolhimento do quinto. Tais sugestões previam uma contribuição mínima de 100 arrobas de ouro anuais. No caso de não serem atingidas, seria lançada mão da derrama. A derrama consistia em um imposto local *per capita* que seria cobrado pelas câmaras municipais para complementar a quota prevista. Para tanto, em cada “cabeça de comarca” foram criadas Casas de Fundação que tinham o objetivo de recolher o ouro¹⁴.

Chamamos este período de auge minerador porque, apesar de a produção do ouro ter atingido seu ponto máximo entre 1735-1739¹⁵, no decênio de 1750 a quota de 100 arrobas fora até excedida, na década seguinte a média anual caíra para 86 arrobas, mas somente entre 1774-1785 é que a queda seria de fato brutal: 68 arrobas de média anual¹⁶. Segundo Maxwell:

“No fim do decênio de 1760 (...) todo o sistema luso-brasileiro começava a sofrer uma transformação. Teve início quase imperceptivelmente nos primeiros anos da década e adquiriu impulso até alcançar repercussões de proporções catastróficas. A produção das

¹³ São referências fundamentais para a compreensão da da política pombalina e das relações Portugal-Inglaterra-Brasil neste período: FALCON, Francisco J. C. *A Época Pombalina*. São Paulo: Ática, 1982; NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1983 e MAXWELL, Kenneth., *Op. cit.*

¹⁴ MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.*, p.30.

¹⁵ PINTO, Virgílio Noya. *O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português*. São Paulo, 1979. apud. MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do Ouro: a Pobreza Mineira no Século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

¹⁶ MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.*, p. 65.

minas brasileiras, que um governador da Bahia, otimista, predissera no início do século XVIII que seria ‘tão constante que será impossível esgotá-las enquanto o mundo existir’, tinha começado a declinar. A exaustão do ouro aluvional e o fracasso na busca de técnicas aprimoradas para enfrentar as crescentes complicações e dificuldades de exploração, em uma economia tão dependente do ouro brasileiro em setores específicos, tinham de produzir conseqüências de amplo alcance.’¹⁷

Sendo assim, apesar de decrescente, a produção aurífera ainda era suficientemente importante para manter a mineração como atividade principal e conservar a sua estrutura produtiva intacta, pelo menos até 1770. Acreditamos que só em meados do decênio de 1770 esse declínio começa a provocar uma rearticulação econômica intencional que poderá ser percebida a partir de 1780. De fato, houve até um crescimento das unidades produtivas com atividades de mineração entre 1760 e 1770 que, de 40% em 1760, passam a representar 87,5% do total das U.P. no ano de 1770, provavelmente em resposta ao incentivo governamental de ocupação de novas áreas em busca de novos veios auríferos, como já foi visto no capítulo anterior.

Como sugere a citação acima, no contexto mais geral da economia a crise advinda do declínio da produção aurífera teve um caráter muito mais amplo. Ao que tudo indica, as conseqüências deste processo foram muito mais drásticas para os grupos comerciais (ingleses sobretudo), cujo canal de troca era inteiramente dependente do ouro em barra, do que para a estrutura produtiva mineira que, lentamente, se rearticulou internamente. São significativos os dados apresentados por Maxwell demonstrando que em meados dos anos da década de 1760 os rendimentos dos direitos de entradas — “um dos mais sensíveis índices do volume de comércio entre a principal região de mineração e o mundo exterior” — decaem bruscamente, o quinto já vinha decrescendo e, no entanto, as receitas geradas pelos dízimos se mantinham estáveis¹⁸. Portanto, excetuando-se o ouro, as demais produções mineiras seguiam seu ritmo normal, não havendo uma desarticulação econômica geral da capitania como pretendem alguns. Ao mesmo tempo, a redução do comércio português com a Inglaterra foi quase “catastrófica”, chegando o valor das exportações inglesas a cair pela metade entre 1760-70¹⁹.

Embasada por uma visão metropolitana da colônia, é provável que a tese da “decadência” tenha se originado da confusão entre estes dois processos. Ou seja, estendeu-se para Minas Gerais do século XVIII a profunda crise que se abateu sobre os grupos econômicos dependentes do ouro mineiro para seu intercâmbio comercial.

¹⁷ *Idem*, p. 65.

¹⁸ *Idem*, pp. 65, 279 e 289.

¹⁹ *Idem*, p. 66.

2.2 - 1780-1810 - Acomodação evolutiva: rumo à auto-suficiência

Referindo-se às conseqüências do processo de declínio da produção aurífera sobre a economia portuguesa, Maxwell argumenta:

“O término da idade do ouro teve tanto aspectos positivos quanto negativos, pois a recessão produziu uma alteração no ambiente em Portugal que abriu importantes possibilidades ao governo do país. Posta diante da decadência geral das reexportações coloniais e do conseqüente declínio da capacidade de importar, mas com a demanda interna sustentada pela exportação de alguns produtos metropolitanos e coloniais, a substituição de importações era uma solução pragmática natural. A recessão antecipou e acompanhou o celebrado desenvolvimento ‘industrial’ de Pombal.”²⁰

Processo semelhante ocorreria na colônia, principalmente em Minas Gerais. A administração pombalina fora muito flexível em relação ao desenvolvimento de atividades paralelas à produção aurífera, o que facilitou o início de um processo de substituição de importações. Com a diminuição da sua capacidade de importação, a capitania tornou-se cada vez mais inclinada à auto-suficiência. A Inconfidência Mineira foi uma prova clara desse processo. Embora esteja fora do nosso alcance e objetivos analisar as características e o significado dessa insurreição, é indispensável considerar que ela pôs em evidência as contradições latentes entre uma economia regional auto-suficiente e as diretrizes neomercantilistas do Ministério dos Domínios Ultramarinos pós-Pombal.

Os anos de 1780 a 1810 podem ser caracterizados como o período em que a economia mineira deixou de ter a mineração como atividade principal e as atividades agropecuárias passaram a ser seu eixo central. O gráfico V nos permite visualizar como, nesse momento, as unidades produtivas com atividades de mineração decaem em relação às atividades agropecuárias e no período seguinte têm seu papel ainda mais reduzido no contexto da economia. Entre 1750 e 1770, aquelas representavam 61,9% das U.P. e no segundo subperíodo somente 34,2% (Tabela V). Ainda assim retêm, entre 1780-1810, mais da metade da mão-de-obra escrava (51,8% - ver tabela VI).

Além disso, houve neste período um grande crescimento de alguns tipos de produção manufatureira (ou, como quer Libby, protoindustriais²¹), principalmente têxteis. Como já foi visto na tabela IV, o número de U.P. com presença de tear sobe de 5% no período de 1750-1770 para 32% entre 1780 e 1810 e, com roda de fiar, de 0 para

²⁰ *Idem*, p.68.

²¹ LIBBY, Douglas Cole. “Novas considerações sobre a protoindustrialização mineira dos séculos XVIII e XIX”. *Revista do Departamento de História*. B.H., FAFICH-UFMG, nº 9, 1989, pp.149-160.

15%. Isto em um momento de proibição da produção de panos imposta pelo alvará de 5 de janeiro de 1785! Só ficavam fora dessa lei os panos grossos para vestir escravos e para ensacar mercadorias²². Douglas Libby dá notícias de um “Inventário de teares de Minas Geraes em 1786” descoberto recentemente no Arquivo Público Mineiro, em que foram arrolados mais de mil teares. Predominava a produção de panos grosseiros sendo que uma parte desta era comercializada. Embora os estudos sobre este arrolamento ainda não estivessem concluídos, Libby calcula que esses teares empregavam mais de 30.000 fiandeiros²³. Pela Lista Nominativa de Catas Altas, constatamos que 34,4% dos chefes de domicílio deste distrito se dedicavam a algum tipo de atividade ligada à “indústria têxtil” (de 352 chefes de domicílio, 74 eram fiandeiras, 13 tecedeiras, 2 rendeiras, 15 costureiras e 17 alfaiates). Portanto, a “indústria têxtil” era já neste momento bastante significativa no contexto da economia mineira.

²² *Idem*, p.150; MAXWELL, Kenneth. *Op.cit.*, p.99.

²³ LIBBY, Douglas Cole. *Op.cit.*, p.150.

GRÁFICO V

Percentual dos tipos de unidades produtivas (por subperíodos)

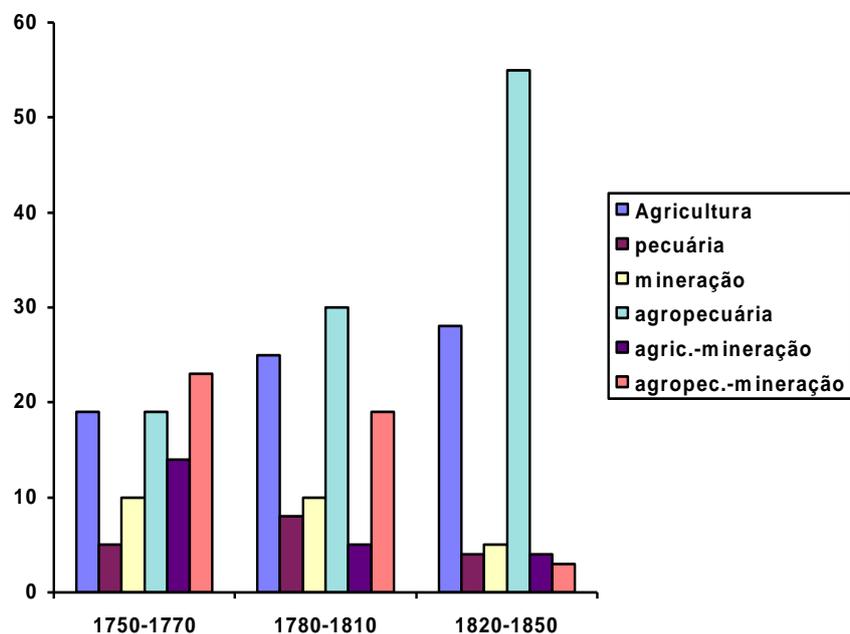


TABELA V

Percentual das U.P. c/ e s/ atividades de mineração *

| Subperíodos | U.P. c/ mineraç ão | | U.P. s/ mineração | |
|-------------|--------------------------|------|----------------------|------|
| | Abs | % | Abs | % |
| 1750-1770 | 13 | 61,9 | 8 | 38,1 |
| 1780-1810 | 26 | 34,2 | 50 | 65,8 |
| 1820-1850 | 21 | 15,0 | 119 | 85,0 |

Fonte: Inventários do I e II Ofícios - C.S.M.

* U.P. c/ mineração inclui: mineradoras, agrícolas-mineradoras, agropecuaristas-mineradoras e pecuaristas-mineradoras.

U.P. s/ mineração inclui: agrícolas, pecuaristas e agropecuaristas.

TABELA VI

Percentual da pop. escrava presente nas U.P. c/ e s/ mineração

| Erro! Indicador não definido. | U.P. c/ mineração | | U.P. s/ mineração | |
|--|-------------------|------|-------------------|------|
| | Abs | % | Abs | % |
| Subperíodos | | | | |
| 1750-1770 | 267 | 75,0 | 89 | 25,0 |
| 1780-1810 | 425 | 51,8 | 396 | 48,2 |
| 1820-1850 | 224 | 16,1 | 1170 | 83,9 |

Fonte: Inventários do I e II Ofícios - C.S.M.

Libby propõe que se pense a noção de “flexibilidade das economias escravistas coloniais” desenvolvida por Celso Furtado para compreender o processo de diversificação econômica ocorrido em Minas²⁴.

Segundo Furtado, em conjunturas internacionais favoráveis à comercialização dos produtos coloniais, a produção era ampliada extensiva e ilimitadamente até o ponto onde o permitisse a disponibilidade de terras e mão-de-obra; já em situações de diminuição da demanda externa, corresponderia uma também diminuição no ritmo da produção dos produtos da agroexportação havendo um deslocamento do excesso de mão-de-obra para setores da produção de subsistência. Esse processo de retração daria possibilidade às unidades produtivas de sobreviverem às crises e de manterem intactas suas estruturas por longos períodos. O ritmo normal de funcionamento seria retomado logo que uma nova conjuntura favorável surgisse²⁵. Em Minas Gerais, essa retração foi provocada pelo esgotamento do ouro de fácil extração e não por uma conjuntura desfavorável à comercialização do metal. Nesse caso, não tendo a região encontrado um outro produto exportável capaz de substituir o ouro, a retração momentânea se transformaria em “estagnação” e “decadência”.

Douglas Libby argumenta que essa tendência secular das economias escravistas de se voltarem para a produção de artigos de subsistência nos momentos de crise, visando a preservar as estruturas coloniais, em Minas surtiria outros efeitos. Para ele, o que houve na região foi “um processo gradual de adaptação e acomodação que modificou estas mesmas estruturas”, tornando a região um caso original de economia

²⁴ *Idem*, p.155.

²⁵ FURTADO, Celso. *Op.cit.*.

escravista não-exportadora²⁶. Portanto, ao invés de se falar em estagnação, seria melhor pensar em termos de um processo de “acomodação evolutiva”²⁷.

Embora concordando com as considerações de Libby, preferimos entender que, mais do que uma modificação das estruturas coloniais, o que houve em Minas foi um processo de fortalecimento de um tipo de estrutura produtiva peculiar já existente desde os primórdios da colonização. A expressão “acomodação evolutiva” nos parece perfeita para se referir ao período da economia mineira que vai de 1780 a 1810. O termo será por nós utilizado para caracterizar uma economia que não está, nem num processo de crescimento acelerado, nem de decadência absoluta, mas sim, de rearticulação interna que, por razões específicas da região, acabou possibilitando um novo tipo de dinamismo econômico.

A tendência à diversificação econômica presente nas unidades produtivas desde o período áureo da mineração seria, entre 1780 e 1810, definitivamente consolidada. Nesse primeiro momento o objetivo era se auto-suprirem e comercializarem seus eventuais excedentes nos mercados locais — que não eram desprezíveis visto que Minas Gerais ainda tinha um grande contingente populacional herdado da “idade do ouro”²⁸. Além disso, em um contexto de receitas decrescentes e da decorrente diminuição da capacidade de importar, o isolamento da capitania tornava favorável a comparação dos custos de qualquer produto local com os importados²⁹. Com a chegada da corte portuguesa em 1808 e a conseqüente criação de um novo mercado, a produção se dinamizou e passou a ser também endereçada à comercialização na praça do Rio de Janeiro.

2.3 - 1820-1850 - Economia mercantil de subsistência³⁰

A tendência de retraimento das U.P. para o autoconsumo em momentos de crise, proposta por Furtado e retomada por Libby, em Minas Gerais, acabou acelerando um processo de diversificação econômica já iniciado no período minerador. Impulsionado pela existência de uma demanda interna relativamente grande e pelo surgimento de novos mercados, esse processo conduziu a produção no sentido de uma

²⁶ LIBBY, Douglas Cole. *Op.cit.*, p. 155.

²⁷ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista. Minas Gerais no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, pp. 14 e 22. O autor usa a idéia de “economia de acomodação para se referir a MG em todo o século XIX. Achamos que o termo se encaixa melhor a este subperíodo, especificamente.

²⁸ LIBBY, Douglas Cole. “Novas considerações sobre a protoindustrialização mineira dos séculos XVIII e XIX”. *Revista do Departamento de História*. B.H., FAFICH-UFMG, nº 9, 1989” p.156.

²⁹ MAXWELL, Kenneth. *Op.cit.*, p.112.

³⁰ Mais uma vez tomamos emprestada uma expressão de Douglas Libby para nos referir à economia mineira deste terceiro subperíodo. LIBBY, Douglas Cole. *Op.cit.*

economia mercantil de subsistência, que tinha na mão-de-obra escrava o seu sustentáculo.

A produção de artigos de subsistência sempre foi uma característica das U.P. mineiras. Mesmo no primeiro subperíodo, quando a extração de ouro era o eixo central da economia, as U.P. dedicadas só à mineração eram minoria. A tabela V nos mostra que elas nunca ultrapassaram os 10% do total. Na exploração aurífera eram mais comuns as unidades produtivas que desenvolviam paralelamente algum tipo de cultivo e criação (23,8% do total de U.P. e 41,6% das mineradoras), muitas vezes associados à produção caseira de fios, panos, telhas, panelas, móveis, etc.

Concordamos com Alcir Lenharo quando diz que a economia regional não viveu um “interregno” entre o declínio da mineração e o posterior período de “reconversão à agropecuária”, como quer Gorender. Se aceitamos a concomitância entre as atividades de subsistência e a mineração, é preciso considerar que aquelas seriam beneficiadas com a transferência de recursos provenientes da crise desta última³¹.

Esta produção tão diversificada, inicialmente voltada quase que exclusivamente para o abastecimento das próprias U.P. e para o mercado local, foi sendo cada vez mais endereçada aos mercados mais distantes. Uma prova deste fato é o aumento do número de inventários com presença de tropas — principal meio de transportar a produção para longas distâncias — que de 3% no primeiro subperíodo, passou para 17% entre 1780-1810 e alcançou 18% no período final em estudo, o que também corrobora as afirmações de Lenharo a respeito das fazendas mineiras funcionarem como intermediárias³². Muitas vezes, as fazendas se dedicavam à produção, compravam o excedente local, transportavam e colocavam os produtos à venda nos mercados consumidores. Dessa forma, apropriavam-se de uma grande parte do excedente produzido regionalmente.

Mesmo que o Rio de Janeiro já fosse um mercado significativo para as produções mineiras antes de 1808³³, não resta dúvida que a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro foi o principal detonador do desenvolvimento mercantil dessa produção; afinal, junto com a família real, aproximadamente 10.000 pessoas aportaram na capital do império³⁴. Não só Minas Gerais, mas também outras províncias se viram incentivadas a abastecer esse novo mercado:

³¹ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979, p. 36.

³² *Idem.*, p.37.

³³ Esta idéia é defendida por em: FRAGOSO, João Luís R. *Op. cit.*, 1992.

³⁴ LAPA, José Roberto do Amaral. *O interior da estrutura*. Comunicação apresentada ao I Congresso Brasileiro de História Econômica. (mimeo), USP, S.P., 1992, p. 7.

“Com a transmigração da corte forma-se um mercado consumidor, cujo poder aquisitivo justificava a montagem de um sistema de abastecimento que cobre consideráveis distâncias desde os seus fornecedores que se distribuem por Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, de onde desciam gado em pé, porcos galinhas, carneiros, toucinho, queijos, cereais, tecidos grosseiros de algodão, incluindo ainda São Paulo e Santa Catarina, que mandavam milho, feijão, arroz, trigo, cebola e farinha de mandioca.”³⁵

Além da formação de um novo mercado consumidor para os produtos mineiros, a vinda da família real provocou uma série de transformações que tornaram mais atraente produzir para o mercado interno. A principal delas foi a construção ou o melhoramento de estradas que ligavam a capital ao interior do país. A proibição colonial de abertura de novos caminhos foi posta de lado e, o que já ocorria de fato foi, então, oficializado.

(...) “o Príncipe Regente deu início a uma série de medidas que visavam a dotar a Capital de uma infra-estrutura mínima de transportes, que permitisse sua articulação com as regiões do interior do país. Ainda em 1809, uma estrada de 121 léguas foi aberta entre Goiás e o Norte, de modo que as notícias da queda de Caiena pudessem chegar por ela. Diversos projetos permitiram que Minas voltasse a se ligar à Bahia com regularidade. Recursos mais adequados de comunicação instalaram-se de Minas ao Espírito Santo. Acompanhando o curso do rio Doce, abriu-se uma estrada com fins de condução do gado de Minas ao Espírito Santo. Também para a regularização do abastecimento de carne bovina abriu-se nova ligação entre Minas e Campos dos Goitacazes. A criação desses projetos isolados ganharam uma diretriz comum com a Carta Régia de 4 de dezembro de 1816. Dava ela diversas providências para a abertura de estradas no interior de Minas, nas proximidades do Espírito Santo.”³⁶

A partir do “Mappa dos Generos exportados pelas Recebedorias d’esta Província de Minas Geraes” relativo ao segundo semestre do ano de 1839, encontrado no Relatório do Presidente de Província de 1840, montamos a tabela VII. Por ela podemos perceber a diversidade da produção mineira e a rentabilidade dos artigos de subsistência.

Além da lucratividade, outro fator que encorajava os produtores a se dedicarem aos produtos de subsistência era o fato dessa produção não estar tão sujeita às crises do mercado internacional. Mesmo nos momentos de dificuldades a reprodução dos membros da fazenda estaria garantida. Além disso, eventualmente, alguns produtos caracteristicamente de subsistência, podiam se tornar exportáveis. O presidente da província de 1844 alerta para a desvantagem dos produtos coloniais no mercado

³⁵ *Idem.*, p. 5.

³⁶ LENHARO, Alcir. *Op.cit.*, p. 59.

internacional. Falando das disparidades nas trocas dos produtos coloniais com outras nações nas quais estes estariam “na proporção de 1 para mil ou para dez mil”, diz o presidente:

“Por isso nada póde o governo recomendar nem propôr com segurança a respeito desses chamados generos coloniaes, mas unicamente que tratemos das cousas uteis ao nosso uso, muito embora se tornem ainda generos de exportação.”³⁷

³⁷ Relatório do Presidente da Província - Minas Gerais - 1844.

TABELA VIII

Gêneros exportados pela província de Minas Gerais

2º semestre de 1839

| | Gêneros | Volume | Imposto (mil-réis) |
|---|------------------------|--------------------|--------------------|
| | algodão em rama | 588 arrobas | 56:448 |
| | algodão em caroço | 95 “ | 1:368 |
| | Açúcar | 2.938 “ | 132:210 |
| | Azeite | 15 barris | 900 |
| | bezerros curtidos | 72 | 2:592 |
| | Café | 103.251 arrobas | 4:646:295 |
| | Chapéus | 87 | 5:220 |
| | Chicote | 2.492 | 7:476 |
| | Colchas | 332 | 12:748,8 |
| | couros de veado | 1.408 | 42:242 |
| | doce, qualquer | 59 arrobas | 8:850 |
| | farinha de mandioca | 14 alqueires | 3?4 |
| | farinha de milho | 408,5 “ | 9:804 |
| * | farinha de trigo | 10 arrobas | 750 |
| | Fubá | 17 alqueires | 306 |
| | Fumo | 53.035 arrobas | 3:302:100 |
| | Mantas | 603 | 10:854 |
| | marmelada ordinária | 3.039 arrobas | 91:170 |
| | pano de | 493.639 varas | 2:369:467,2 |

| | | |
|---------|-----------|-----|
| algodão | | |
| Pólvora | 4 arrobas | 960 |

continuação na página seguinte

| | Gêneros | Volume | Imposto(mil-réis) |
|---|-----------------|----------------|-------------------|
| | queijos | 218.654 | 1:311:924 |
| | sabão | 8 arrobas | 480 |
| | selas ou selins | 84 | 20:160 |
| | meias de sola | 5.923 | 284:304 |
| | tabaco | 2 arrobas | 240 |
| | toucinho | 80.599,5 “ | 3:868:776 |
| | Arroz | 87,5 alqueires | 7:875 |
| | couros de boi | 1903 | 182:688 |
| | feijão | 1348 alqueires | 80:880 |
| | gado cabrum | 108 cabeças | 6:480 |
| | gado cavalari | 564 cabeças | 790:500 |
| | gado muar | 126 cabeças | 226:800 |
| | gado lanígero | 2:9?? “ | 215:568 |
| # | gado vacum | 21:0?? “ | 12:484:100 |
| | galinhas | 34:029 “ | 326:678,4 |
| | Lã | 18 arrobas | 6:912 |
| | mano...(?) | 2 alqueires | |
| | milho | 791,5 “ | 113:74? |
| | poaya | 39 | 28:080 |
| | porcos em pé | 10:249 cabeças | 2:459:760 |

| | |
|-------|--------------|
| SOMA: | 33:127:023,8 |
|-------|--------------|

Fonte: Relatório de Presidente da Província - 1840. SOMA: soma geral que está na tabela original

* gêneros “sujeitos a 3 por 100”

gêneros “sujeitos a 6 por 100”

? não foi possível identificar

Os números em negrito não se tem certeza de serem exatos